

LISTÃO DE CONTABILIDADE GERAL

Questão 51

Resposta: Errado

Na verdade, o item está correto. Talvez o único detalhe seja a questão da obrigatoriedade.

O Livro Razão é:

1. **Sistemático** – os registros são feitos em ordem sistemática, agrupando os lançamentos de igual natureza
2. **Principal** – todas as operações ocorridas devem ser lançadas
3. **Cronológico** – os registros devem ser feitos em ordem cronológica.

Para a legislação comercial, o livro Razão é considerado facultativo, mas é obrigatório para as empresas tributadas com base no lucro real.

Questão 52

Resposta: D

As formalidades extrínsecas do livro Diário e do Livro Razão em forma não digital são:

- ✚ Devem ser encadernados
- ✚ Ter suas folhas enumeradas sequencialmente
- ✚ Conter os termos de abertura e encerramento assinados pelo titular ou representante legal da entidade e pelo profissional da Contabilidade regularmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade
- ✚ No caso do livro Diário, ser registrado no órgão competente.

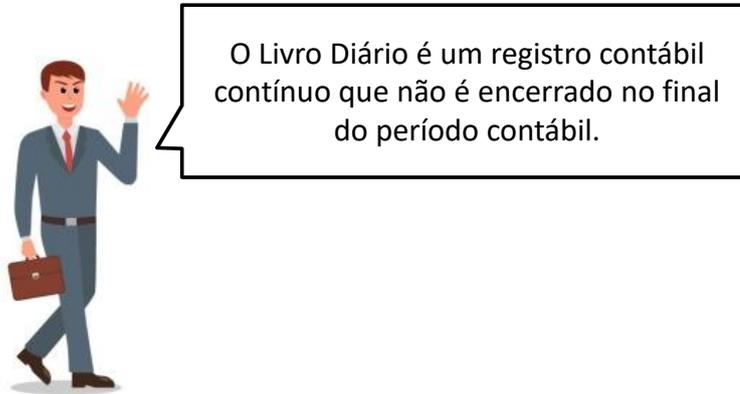
Os lançamentos em ordem cronológica são formalidades **intrínsecas**.

53 (CESPE, TRE/ES, Analista Contabilidade, 2011) No final de um exercício social, o livro diário deve ser encerrado com a especificação do total de débitos e créditos realizados durante o exercício.

Questão 53

Resposta: E

O Livro Diário não é encerrado no final do exercício social.



Em vez disso, as contas são continuamente registradas ao longo do tempo.

O encerramento de contas e a apuração de resultados são normalmente realizados no Livro Razão. No final do exercício social, as receitas, despesas, ganhos e perdas acumulados ao longo do período são transferidos para as contas de resultado (como a conta de Resultado do Exercício) no Livro Razão. O Livro Diário, por outro lado, mantém um registro cronológico de todas as transações contábeis, e não é encerrado no final do período contábil.

Questão 54

Resposta: D

O item II está incorreto porque os registros do Livro Diário são sempre feitos em regime de competência. Não há necessidade de registro sobre o tema.

No regime de competência, as transações são registradas no momento em que são realizadas, independentemente de quando o pagamento ou recebimento ocorre. Isso significa que as receitas são reconhecidas quando são ganhas e as despesas quando são incorridas.

Questão 55

Resposta: E

Comentário sobre item A:

A exigibilidade não depende do ramo de atividade da empresa, mas às vezes pode depender da forma societária adotada. O próprio livro razão, como vimos, é considerado facultativo pela legislação comercial, mas é obrigatório para as empresas tributadas com base no lucro real.

Vejam os quadros resumo abaixo, que apresenta quais são os livros obrigatórios:

LIVROS	UTILIDADE	NATUREZA	Obrigatoriedade
Diário	Principal	Cronológico	Obrigatório
Razão	Principal	Sistemático	Obrigatório
Registro de Duplicata	Auxiliar	Sistemático	Obrigatório
LALUR	Auxiliar	Sistemático	Obrigatório
Caixa	Auxiliar	Sistemático	Facultativo
Contas Correntes	Auxiliar	Sistemático	Facultativo

A) Para produzir os efeitos jurídicos que a lei lhes atribui, os livros obrigatórios devem ser autenticados e mantidos em poder da junta comercial.

Comentário sobre o item B:

Os livros Diário e Razão devem ser registrados no registro público ou órgão competente, mas não devem ser mantidos em poder da junta comercial (se assim fosse, ufa, haja livros na junta comercial!).

Comentário sobre item C:

A escrituração do livro Diário é obrigatório para todas as empresas mercantis, independentemente de seu porte, natureza jurídica ou regime tributário.

Comentário sobre item D:

Vimos na questão 52 as formalidades extrínsecas. Podemos aqui enumerar as formalidades intrínsecas da escrituração dos livros Razão e Diário:

📌 Os registros devem ser em ordem cronológica

- ✚ Não são permitidos borrões, rasuras ou emendas
- ✚ Não são permitidos espaços em branco, ocupação de margens ou entrelinhas
- ✚ Deve ser seguido um método uniforme de escrituração do início ao fim.

Questão 56 – E

Embora tenha sido elaborado por outra banca, a questão 56 é idêntica à questão 55 (falha na minha seleção!)

Questão 57

A – E

O CPC publicou o Pronunciamento Contábil Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Ali, ele informa o objetivo do chamado relatório contábil-financeiro de propósito geral:

O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (reporting entity) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.

A primeira parte do item (até tomada de decisão) está, portanto, correta. Mas este relatório não é dirigido aos usuários internos e sim, *a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores.*

B – C

Avançando na leitura do Pronunciamento, lê-se:

Muitos investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, não podem requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles diretamente as informações de que necessitam, devendo desse modo confiar nos relatórios contábil-financeiros de propósito

geral, para grande parte da informação contábil-financeira que buscam. Consequentemente, eles são os usuários primários para quem relatórios contábil-financeiros de propósito geral são direcionados.

Entretanto, relatórios contábil-financeiros de propósito geral não atendem e não podem atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, necessitam. Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como, por exemplo, condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.

Questão 58

Resposta: A

Recordemos o que nos diz o princípio da entidade:

Princípio da Entidade
O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial e a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.

O registro das despesas pessoais dos sócios apenas quando de seu efetivo pagamento está em desacordo com este princípio, pois tais registros devem ser feitos separadamente aos da empresa (e quando forem realizados, graças ao regime de competência).

Questão 59

A – C

Recordemos o que diz o princípio da competência:

Princípio da Competência
Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Pressupõe também a simultaneidade do confronto de receitas e despesas correlatas.
Conforme o princípio da competência, as receitas e despesas devem ser registradas no período ao qual pertencem, ainda que não tenham sido recebidas ou pagas.

Ao elaborar a demonstração do resultado do exercício, que é uma das principais demonstrações financeiras de uma empresa, é crucial seguir o princípio da competência. Isso significa que as receitas devem ser registradas no período em que são obtidas, mesmo que o pagamento ainda não tenha sido recebido, e as despesas devem ser registradas no período em que são incorridas, independentemente de quando o pagamento será efetuado.

B – E

Recordemos os princípios da prudência e da oportunidade:

Princípio da Prudência
Determina a adoção do menor valor para os componentes dos ativos e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação de mudanças patrimoniais que alterem o valor do patrimônio líquido.
O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

O princípio da oportunidade estabelece a necessidade de **registrar e relatar as transações e eventos financeiros de uma empresa de forma tempestiva e apropriada**. Esse princípio enfatiza que as informações contábeis devem ser registradas no momento em que ocorrem, **sem adiamentos injustificados**, a fim de fornecer aos usuários informações financeiras atualizadas e confiáveis.

Em essência, o princípio da oportunidade exige que **a contabilidade seja feita de maneira oportuna e que as transações sejam registradas no período contábil apropriado**. Isso é importante para garantir a relevância das informações contábeis, permitindo que os usuários **tomem decisões com base em dados financeiros atuais e não desatualizados**.



Em termos práticos, o princípio da oportunidade significa que a **contabilidade deve ser conduzida de forma a refletir as transações e eventos econômicos assim que eles ocorram**, garantindo que não haja adiamentos indevidos na geração de informações financeiras.

Isso é fundamental para a tomada de decisões informadas e a transparência nas operações financeiras de uma empresa.

De fato, o princípio da oportunidade fala dos registros nos períodos a que se referem, com tempestividade, assim como o princípio da competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem. Mas o princípio da prudência não tem relação com o enunciado.

C – E

Embora o patrimônio seja, de fato, o objeto da contabilidade, não existe “princípio patrimonialista”.

Questão 60

Resposta: B

O Balanço Patrimonial é uma das principais demonstrações financeiras que fornece informações cruciais sobre a posição financeira de uma empresa em um determinado momento. Quando um usuário deseja avaliar a liquidez e a solvência da empresa, o Balanço Patrimonial é uma fonte fundamental de dados.

Liquidez: No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são classificados em ordem de liquidez, permitindo aos usuários avaliar a disponibilidade de recursos para enfrentar compromissos imediatos.



A liquidez refere-se à capacidade de uma empresa converter seus ativos em dinheiro para cumprir suas obrigações de curto prazo.

Exemplos de indicadores de liquidez que podem ser analisados no Balanço Patrimonial incluem o Ativo Circulante, que engloba ativos de curto prazo como caixa, contas a receber e estoques.

Solvência: A solvência está relacionada à capacidade de uma empresa cumprir suas obrigações de longo prazo. Isso envolve a análise da estrutura de capital e da capacidade da empresa de manter um equilíbrio entre dívida e patrimônio líquido.

No Balanço Patrimonial, os usuários podem examinar o Passivo Não Circulante, que inclui as obrigações de longo prazo, como empréstimos e financiamentos. A comparação entre o patrimônio líquido e as dívidas de longo prazo oferece insights sobre a solvência da empresa.